

A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE BOURDIEU E A POBREZA: APORTES NA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

*BOURDIEU'S SOCIOLOGY OF EDUCATION AND POVERTY: CONTRIBUTIONS TO THE
ANALYSIS OF EDUCATIONAL INEQUALITIES*

*LA SOCIOLOGÍA DE LA EDUCACIÓN DE BOURDIEU Y LA POBREZA: APORTES AL
ANÁLISIS DE LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS*

Estela Caroline Freitas Melo
E-mail: estelafmelo@hotmail.com

Natália Aparecida Morato Fernandes
E-mail: natalia.fernandes@uftm.edu.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

RESUMO

Este artigo relaciona a pobreza no Brasil com as possibilidades de acesso e êxito na educação. Mediante pesquisa bibliográfica, contextualiza sobre as características da pobreza no país e, orientado pela teoria de Bourdieu, privilegiando seu olhar sobre a educação como um processo social que contribui para a reprodução e conservação das desigualdades, intenta provocar questionamentos sobre o sistema educacional. Conclui que a educação, sozinha, não é um instrumento capaz de superar todos os limites impostos às diferentes classes sociais do país, mas se configura como estratégia fundamental de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Bourdieu. Desigualdades.

ABSTRACT

This article relates poverty in Brazil to the possibilities of access and success in education. Through bibliographic research, it contextualizes the characteristics of poverty in the country and, guided by Bourdieu's theory, privileging its view of education as a social process that contributes to the reproduction and conservation of inequalities, intends to provoke questions about the educational system. It concludes that education alone is not an instrument capable of overcoming all the imposed limits on the different social classes of the country, but it is configured as a fundamental strategy for social transformation.

KEYWORDS: Poverty. Bourdieu. Inequalities.

RESUMEN

Este artículo relaciona la pobreza en Brasil con las posibilidades de acceso y éxito en la educación. A través de la investigación bibliográfica, contextualiza las características de la pobreza en el país y, guiado por la teoría de Bourdieu, privilegiando su visión de la educación como un proceso social que contribuye a la reproducción y conservación de las desigualdades, pretende suscitar interrogantes sobre el sistema educativo. Concluye que la educación por sí sola no es un instrumento capaz de superar todos los límites impuestos a las diferentes clases sociales del país, pero se configura como una estrategia fundamental para la transformación social.

PALABRAS-CLAVE: Pobreza. Bourdieu. Desigualdades.

INTRODUÇÃO

Os limites do sistema educacional em relação ao contexto socioeconômico do país podem se expressar em diferentes problemáticas. Visando a superação destes limites e mudanças paradigmáticas neste campo é necessário, primeiramente, conhecer os mecanismos que os mantém e reproduzem. A análise crítica sobre as relações sociais que se formam desde a vida escolar torna-se uma importante ferramenta por possibilitar inferir sobre as influências da vulnerabilidade socioeconômica no desenvolvimento do indivíduo e, desta forma, traçar estratégias para a inclusão e equiparação de oportunidades para todos. A inclusão social é um tema amplamente discutido em ambientes acadêmicos e políticos, porém, ainda hoje é possível observar uma grande diferenciação de acesso à espaços sociais e à educação para pessoas em situação de pobreza.

Para analisar as desigualdades sociais e educacionais, na realidade brasileira, recorreremos, especialmente, à Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. O autor considera que as oportunidades de acesso e êxito escolar são resultados de uma seleção desigual, com rigor distinto para os alunos de diferentes classes sociais e afirma que o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2007, p.41). Bourdieu evidencia que não é suficiente apenas enunciar as desigualdades dentro do sistema educacional, pois, é necessário descrever os mecanismos que auxiliam para a sua manutenção.

Enfatiza-se, neste artigo¹, os conceitos do sociólogo considerados significativos para a análise proposta, como a definição de Capital Cultural que, segundo o autor, é transferido da família para as crianças e influencia nas suas experiências sociais, como a educação. O capital cultural apresenta-se, assim, como uma hipótese no entendimento da desigualdade no desempenho escolar expressado por crianças de diferentes classes sociais. Segundo Nogueira e Nogueira (2002, p. 17), Bourdieu proporciona uma nova perspectiva de interpretação da escola e da educação, relacionando o desempenho escolar a origem social e formulando uma resposta original e bem fundamentada para o problema das desigualdades escolares. “Onde se via

¹ Este artigo deriva da pesquisa de mestrado intitulada “Inclusão social e escolar a partir da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família”, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais”.

Fundamentado na metodologia da pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008), é desenvolvida a partir de fontes bibliográficas já elaboradas, material que se constitui, principalmente, de livros e artigos científicos. Evidencia-se que ao analisar a relação entre pobreza e o acesso/êxito educacional, é possível identificar os seus limites e/ou lacunas na educação e nas políticas públicas, a fim de impulsionar novas pesquisas e ações que privilegiem aspectos pouco assistidos. Estes estudos contribuem para propiciar a participação de Estado e sociedade civil em processos socioeducacionais apropriados às necessidades da população, preconizando e respeitando suas singularidades.

Objetiva-se assim, perceber a relação entre a pobreza e a educação, evidenciadas pela Teoria de Pierre Bourdieu, em especial, ao que concerne as desigualdades educacionais. Em sua primeira parte, este artigo aborda a pobreza no país, sua conceituação, características e indicadores. Em seguida, pontua alguns conceitos de Bourdieu, evidenciando seu olhar sobre a educação como um processo social de reprodução das desigualdades. Intenta, assim, provocar questionamentos sobre o sistema educacional no Brasil, seu papel na contribuição da manutenção da estrutura e ordem social e a discrepância no acesso à educação e êxito para estudantes oriundos de classes sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A POBREZA NO BRASIL

Com o intuito de compreender o que é a pobreza, seus efeitos e abrangência na educação, busca-se aqui a sua conceituação. Jaccourd (2010) afirma que, segundo a literatura sociológica, a definição de pobreza varia dependendo da época ou sociedade e, por este fator, existe uma dificuldade e arbitrariedade para uma definição concreta e universal. A autora evidencia que a pobreza no Brasil está estreitamente ligada com a precariedade e falta de oportunidades no mercado de trabalho para grande parte da população, a necessidade de fortalecer os direitos sociais e construção da cidadania e a manutenção da ordem social.

A pobreza e o pobre remetem questões centrais à sociedade: de um lado, os problemas referentes à ordem econômica em um contexto de mercado de trabalho restritivo no que se refere à criação de empregos, trabalho e renda; de outro lado, problemas de ordem política, referentes à construção dos direitos sociais e da cidadania. Mas os pobres e a pobreza remetem ainda ao questionamento da própria regulação da ordem

social, sua ordem de produção de riquezas e de manutenção da estabilidade social (JACCOURD, 2010, p. 122).

Giddens e Sutton (2017, p. 168) definem a pobreza como a “condição de falta de acesso ao que é considerado 'básico' ou 'normal' dentro de uma sociedade”. Os autores pontuam que na Sociologia reconhece-se dois conceitos de pobreza, a absoluta, sendo baseada na subsistência material para sustentar as necessidades básicas que garantem a existência saudável de um indivíduo (comida, abrigo, vestimenta) e a relativa, definida culturalmente de acordo com o padrão geral de vida em uma sociedade específica. A pobreza relativa não é mensurada por um padrão universal porque as necessidades básicas de um país podem ser consideradas como luxos em outras realidades.

De acordo com Demo (2012), a pobreza, como encontramos na nossa sociedade, é definida pela desigualdade, a marginalização opressiva e a falta de acesso às “vantagens” sociais. O autor distingue e descreve dois horizontes típicos da pobreza, a pobreza socioeconômica e a pobreza política. O primeiro expressa a carência material e precariedade do bem-estar social: a fome, o desemprego, a mortalidade infantil, as doenças, entre outros. O segundo horizonte, da pobreza política em relação à realidade brasileira, se refere “a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses” (DEMO, 2012, p. 20). As políticas sociais, que visam o enfrentamento das desigualdades, normalmente são voltadas para a questão econômica da pobreza, deixando de lado a esfera política, o que, segundo o autor, gera tendências de manutenção da estrutura social.

Embora exista o esforço para delimitar a pobreza da população por indicadores quantificáveis, com o intuito de viabilizar o trabalho de pesquisadores, instituições de pesquisas e políticas públicas que atuam no enfrentamento à pobreza, deve-se considerar o seu caráter amplo e subjetivo. A partir desta perspectiva, Codes (2008) pontua sobre a multidimensionalidade da pobreza, considerando que, historicamente, as formulações e análises sobre a pobreza ampliaram sua percepção, associando múltiplas dimensões à problemática. O que efetiva a percepção de que a pobreza é um fenômeno social complexo, referente à negação de oportunidades e a um conjunto de fatores e privações socioeconômicas abrangentes e interrelacionadas que se retroalimentam, dificultando a sua superação, pois “envolve aspectos de diversas naturezas: materiais, subjetivos, assim como dimensões políticas e sociais relacionadas à questão” (CODES, 2008, p. 25).

Soares (2009, p. 37) considera que “o argumento mais forte a favor de linhas subjetivas é que a pobreza deve ser definida de acordo com os padrões vigentes em uma dada sociedade em uma determinada época”. Referindo-se ao Brasil, o autor aponta que o sistema de proteção social foi orientado durante décadas para a parte rica da população do país, negligenciando a população pobre e mais necessitada. Recentemente houve um crescente conjunto de políticas públicas visando o bem-estar social e orientando-se para as demandas da parte mais pobres da população e, assim, a definição de uma linha de pobreza é importante por razões políticas e deve ser definida politicamente.

A pobreza não é um conceito necessário em todas as sociedades e em todos os momentos históricos. Em uma sociedade próspera e altamente igualitária, como a dos países nórdicos, a pobreza não é mais um conceito relevante – tanto que estes países abandonaram abordagens absolutistas e estão muito contentes de chamar de “pobreza” a renda dos 20% mais pobres ou algo semelhante. Já em qualquer sociedade desigual em que uns têm, ou pelo menos confessam ter, preocupação com os que estão na parte inferior da distribuição de renda, a pobreza passa a ser um conceito inescapável para caracterizar os que lá estão. (SOARES, 2009, p. 44)

Existem assim, vários critérios e indicadores que definem metodologicamente a pobreza. O Banco Mundial estabelece que a linha de pobreza é definida pela renda diária do indivíduo, porém, no Brasil, conforme afirma Soares (2009), não existe uma linha de pobreza oficial. O autor evidencia que cada política pública e instituição utiliza critérios diferentes e contraditórios entre si para definir e conceituar uma linha de pobreza, sendo que a maioria delas é calculada por métodos nutricionais, considerando a ingestão diária de calorias inferior ao mínimo necessário. Neste trabalho, não delimitaremos em aspectos quantitativos a pobreza, contudo, considera-a como uma expressão da desigualdade no país e, neste sentido, é visto como pobre o cidadão e as famílias que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com os seus direitos sociais restritos e a necessidade de auxílios do Governo e/ou sociedade para atender as suas necessidades básicas, como alimentação, vestimenta e moradia.

RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EDUCAÇÃO EM BOURDIEU

A teoria bourdieusiana objetiva, inicialmente, superar os modos subjetivistas e objetivistas de conhecimento voltados para analisar as relações sociais. Como alternativa deste desafio teórico, Bourdieu apresenta um tipo de conhecimento que tem como objeto as estruturas e relações objetivas externas aos indivíduos e sua interiorização, buscando perceber a

articulação entre as práticas subjetivas e as estruturas sociais. Esta abordagem, chamada praxiológica, “buscaria investigar como essas estruturas encontram-se interiorizadas nos sujeitos constituindo um conjunto estável de disposições estruturadas que, por sua vez, estruturam as práticas e as representações das práticas” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2021, p. 24). Bourdieu (2009) desenvolve, a partir deste princípio de produção internalizada nos indivíduos, o conceito de *habitus*, que é o sistema de disposições estruturadas a partir do meio social.

Segundo Nogueira e Nogueira (2021), a posição social do indivíduo conduziria a incorporação de um conjunto de disposições específicas que o orientariam em diversas situações sociais, proporcionando vivências típicas consolidada na forma de um *habitus* adequado a esta posição, o que levaria o indivíduo a agir como membro típico de um grupo ou classe social, reproduzindo as características do seu grupo de origem e da estrutura na qual foi formado. Parte-se desta conceituação inicial da teoria do autor para definir a especificidade da Sociologia da Educação de Bourdieu, que caracteriza cada indivíduo “em termos de uma bagagem socialmente herdada” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2021, p. 51) e analisa as implicações da herança familiar nas desigualdades escolares/educacionais.

A questão educacional está presente em toda a obra de Bourdieu, criticando as concepções da escola como democratizadora de oportunidades e propagadora de uma cultura universal, neutra, como também, afirmando o seu caráter de classe, os mecanismos escolares de reprodução cultural e social e os seus efeitos sobre o sucesso escolar e destino (educacional, social e profissional) dos egressos. Bourdieu considera que “não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas” (BOURDIEU, 2007, p. 41). Como mecanismo principal, o sociólogo evidencia o capital cultural² e o ethos, que são sistemas de valores transferidos da família para as crianças e influenciam nas suas experiências, taxas de êxito, destino escolar e atitudes face à instituição escolar.

O autor pontua que o local da residência durante os estudos, as características demográficas da família, como o seu tamanho, a formação escolar e o nível cultural dos pais e avós, também contribuem na vida escolar. Tais características permitem, a partir de uma análise multivariada, um cálculo com previsões de escolarização da família e/ou do estudante.

² Outros conceitos são essenciais no pensamento de Bourdieu, porém, enfatiza-se a definição de Capital Cultural, limitando-se aos conceitos considerados significativos para a análise proposta.

Investigando sobre o sistema educacional da França na segunda metade do século XX, Bourdieu analisa questões que ainda hoje são relevantes e atuais no Brasil. Afirma, por exemplo, que as oportunidades de chegar ao ensino secundário (médio) e a níveis superiores dependem do nível cultural do meio familiar e as chances são mais altas para crianças oriundas de classes mais favorecidas. Bourdieu (2007) revela que estas crianças herdam hábitos e treinamentos úteis para as tarefas escolares, além de saberes, gostos, um “bom gosto” traduzido em cultura “livre”, que é condição implícita para o êxito em algumas disciplinas escolares, destacando que:

O privilégio cultural torna-se patente quando se trata da familiaridade com obras de arte, a qual só pode advir da frequência regular ao teatro, ao museu ou a concertos (frequência que não é organizada pela escola, ou é somente de maneira esporádica). Em todos os domínios da cultura, teatro, música, pintura, jazz, cinema, os conhecimentos dos estudantes são tão mais ricos e extensos quanto mais elevada é a sua origem social (BOURDIEU, 2007, p. 45).

O capital cultural apresenta-se como uma hipótese no entendimento da desigualdade no desempenho escolar expresso por crianças de diferentes classes e pode existir sob três linhas distintas. No estado incorporado, que se caracteriza pela inculcação e assimilação de uma transmissão hereditária, “pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição” (BOURDIEU 2007, p. 75). São disposições culturais duráveis e singulares no indivíduo, de transmissão implícita, adquiridas principalmente do capital cultural construído e incorporado pelo conjunto familiar. O estado objetivado, que são os bens culturais, como livros, pinturas, dicionários, monumentos e instrumentos. É um capital transmissível em sua materialidade e depende do capital incorporado para sua produção e apropriação simbólica, pois “ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural”. E o estado institucionalizado, que é a objetivação do capital cultural por meio de reconhecimento institucional, como o certificado escolar, ou diploma. Certidões de competência cultural “que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura”, permitindo a conversão do capital cultural em capital econômico, gerado por um determinado capital escolar (BOURDIEU, 2007, p. 78).

Bourdieu evidencia que o sistema educacional realiza uma superseleção desigual e severa dos alunos das classes menos favorecidas, transformando as desvantagens sociais em desvantagens escolares. Para o sociólogo, a tradição pedagógica, se posiciona ancorada em ideais de igualdade e universalidade, tratando os educandos como iguais em direitos e deveres, independentemente de suas desigualdades. Este posicionamento “serve como máscara e justificativa para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida” (BOURIDIEU, 2007, p. 53), favorecendo os privilégios para quem, por sua bagagem e herança familiar, já os possui. A educação formal, neste sentido, exclui os questionamentos sobre as diferenças dos alunos e quais seriam os meios mais eficazes para, de fato, propagar o conhecimento e as habilidades de uma forma que abrangesse, efetivamente, a todos. De acordo com Nogueira e Nogueira (2002), na teoria bourdieusiana:

A escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimentos intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 28).

A normatização das desigualdades entre as classes é vista sob a aparência de dom natural, algo que seria inato a eles, o que também é evidenciado na prática cultural. O acesso a museus e obras culturais é uma vantagem das classes altas, “cultivadas” e, segundo Bourdieu, só a escola poderia criar a aspiração à cultura, diminuindo a distância cultural entre as classes sociais. O autor observou que a comunicação na escola e as práticas pedagógicas exigem o domínio prévio de um conjunto de habilidades e referências culturais que apenas os membros das classes mais favorecidas possuem. Assim, os professores acreditariam estar transmitindo uma mensagem igual para todos os alunos, como se estes possuíssem os mesmos instrumentos de decodificação, contudo, os instrumentos seriam conhecidos apenas por alunos advindos de classes altas, que têm a cultura escolar como extensão da cultura familiar e já foram familiarizados a linguagem e conteúdos utilizados na escola (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

No livro *A reprodução*, Bourdieu e Passeron (2019) expõem a seleção desigual entre estudantes originários das “classes superiores” e das “classes populares”, em especial em relação ao capital linguístico. Para os autores “a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas ela fornece, além de um vocabulário mais ou menos rico, um sistema de

categorias mais ou menos complexo” (BOURDIEU; PASSERON, 2019, p. 97). Ou seja, dependendo da complexidade linguística transmitida pela família, os estudantes poderão ter a aptidão para decifrar e manipular estruturas complexas, como também compreender a “língua escolar”. Estas exigências escolares de compreensão e manejo da língua se manifestam desde os primeiros anos de escolaridade e continua exercendo influência nos níveis médios e superiores.

De acordo com os autores, os estudantes de classes menos favorecidas que chegam ao ensino superior são submetidos a uma superseleção e o “conjunto das características sociais” determinam diretamente as probabilidades diferentes que os originários das diferentes classes têm no seu destino escolar. Bourdieu enfatiza que a linguagem é a parte mais inatingível e atuante na herança cultural, e um dos maiores critérios na falta de acesso e êxito acadêmico equalizado. Quando se refere ao ensino superior, considera que “não se pode conceber educandos iguais em direitos e deveres frente à língua universitária e frente ao uso universitário da língua sem se condenar a creditar ao dom um grande número de desigualdades que são, antes de tudo desigualdades sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 56).

Apresenta, também, o conceito de capital social expondo que é a vinculação a grupos sociais, um conjunto de recursos que são adquiridos a partir das relações de uma rede de pessoas. A existência e manutenção destas redes não é natural, mas o produto de um trabalho da produção e reprodução de relações duráveis e úteis. O capital social está interrelacionado ao capital cultural e ao capital econômico e cada grupo depende de um reconhecimento mínimo entre os membros, ou seja, eles precisam ser homogêneos em algum ponto de conexão que se faça essencial para a constituição e manutenção das relações. “O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural, simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado” (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Esta legitimação da cultura das classes sociais mais favorecidas, manifesta no jovem dessa classe uma dificuldade de reconhecer as suas disposições e aptidões culturais apreendidas desde a infância, sugerindo que é algo natural, da sua própria personalidade. Ao contrário, o jovem de classes menos favorecidas, “sendo incapaz de perceber o caráter arbitrário e impositivo da cultura escolar, tenderia a atribuir suas dificuldades escolares a uma inferioridade que lhes seria inerente, definida em termos intelectuais (falta de inteligência) ou morais (fraqueza de vontade)” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2021, p. 30). Bourdieu evidencia que se

considerarmos as desigualdades sociais como condicionantes do sucesso escolar e do conhecimento cultural, seríamos obrigados a perceber que a suposta equidade propagada no sistema educacional é injusta e que estamos protegendo, reproduzindo e conservando os privilégios das classes mais favorecidas, ao invés de transmitir estes privilégios de forma aberta para todas as classes sociais. O sociólogo afirma que:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2007, p. 53).

A posse de capital cultural favoreceria o êxito escolar, de acordo com Nogueira e Nogueira (2021), a partir de três perspectivas. Primeiro, facilitando a aprendizagem de conteúdos e códigos transmitidos pela escola, por meio de esquemas mentais, a relação com o saber, as referências culturais e o domínio da língua culta, que seriam trazidos de casa por crianças de meios culturalmente favorecidos e distantes e/ou “estranho” para outras crianças. Em segundo lugar, proporcionando um melhor desempenho nos processos de avaliação formal e informal, pois esta vai além da verificação das aprendizagens, incluindo um julgamento cultural, estético e moral dos estudantes, exigências que são atendidas plenamente apenas por alunos que foram previamente socializados nos valores exigidos. Segundo a teoria bourdieusiana, o exame (avaliação) é um processo patente de seleção e eliminação, atendendo “a normas implícitas que retraduzem e especificam na lógica propriamente escolar os valores das classes dominantes” (BOURDIEU; PASSERON, 2019, p. 199). E, por último, pelo capital de informações adquirido sobre a estrutura e modo de funcionamento escolar, conhecimentos a respeito da qualidade acadêmica, prestígio social e retorno financeiro das instituições, cursos e áreas do conhecimento.

Como consequência deste processo de reprodução e legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, apresentado por Bourdieu e Passeron (2019), os saberes tradicionais são desvalorizados. As desigualdades sociais são reforçadas e reproduzidas na escola, contribuindo assim, para a manutenção da estrutura e ordem social. O acesso a oportunidades e êxito educacional e também profissional, continua, mesmo com uma educação pública e supostamente universal, nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, aqueles que já são

privilegiados no contexto familiar, cultural e, frequentemente, econômico. De acordo com Nogueira e Nogueira (2021, p.54), para Bourdieu o capital cultural seria o elemento de herança familiar que tem o maior impacto nas desigualdades escolares. Segundo os autores, Bourdieu diminui o peso dos fatores econômicos em comparação aos fatores culturais e expõe que “o capital econômico e social funciona, muitas vezes, apenas como meios auxiliares na acumulação de capital cultural”, permitindo o acesso a certos estabelecimentos de ensino, a bens e serviços culturais e ao aproveitamento e benefício escolar decorrente destas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, é possível perceber a interrelação entre pobreza, desigualdade social e desigualdades educacionais, além de questionar sobre a reprodução destas desigualdades a partir da organização da sociedade e da educação formal. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu nos apresenta uma perspectiva coerente e ainda atual para interpretar e analisar a educação, a escola e a situação educacional no Brasil, considerando suas vantagens e desvantagens, relacionada, em especial, com a população pobre, ou seja, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. População que, para além de carências econômicas, apresenta um capital cultural que não é privilegiado pela educação formal e enfrentam a repressão do acesso aos mínimos sociais e serviços de qualidade.

Garantir uma educação de qualidade, pública e universal para todos os indivíduos é um dos fatores de maior importância para equalizar e efetivar oportunidades e, conseqüentemente, propiciar a mobilidade social. Vale lembrar que a educação, sozinha, não é um instrumento capaz de superar todos os limites impostos às diferentes classes sociais do país, mas se configura como estratégia fundamental de transformação da sociedade. Os métodos de ensino e a escola, como instituição, devem ser analisados e repensados crítica e constantemente, para que seus objetivos sejam de fato alcançados. Bourdieu (2007) evidencia que o sistema de ensino não é neutro, que as chances não são iguais para todos. Os alunos saem de pontos de partida diferentes, alguns estão, desde o início, em uma posição desfavorável ao que é exigido concretamente e, implicitamente, no processo educacional, dificultando assim, a obtenção de um desempenho acadêmico equiparado entre as diferentes classes sociais.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 59-73.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (org.). 9. ed. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 39-64.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (org.). 9. ed. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 65-69.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (org.). 9. ed. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 71-79.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: Em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.
- DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. Tradução: Claudia Freire. 2. ed. rev. São Paulo: Unesp, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JACCOURD, Luciana. O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza: reconfigurando a proteção social no Brasil?. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. P. 101-135. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_voll.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.
- NOGUEIRA, Cláudio. M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>. Acesso em 17 Ago. 2021.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1381.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.